EPEPE IV Encontro de Pesquisa Educacional em Pernambuco
Pesquisa e Educação na Contemporaneidade: Perspectivas Teórico-Metodológicas
Caruaru, 13 e 14 de setembro de 2012

Eixo Temático 2 – Educação e Memória

FERNANDO DE NORONHA E A MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO: 1900 A 1930

Isabelle dos Santos França – UFRPE, Fundaj

Resumo

Há registros da presença de escolas no arquipélago de Fernando de Noronha já no século XIX, 1890, período em que a ilha ainda era utilizada como presídio. Nesse sentido, foram consultados livros do controle administrativo do presídio de Fernando de Noronha entre os anos de 1900 e 1930, na tentativa de compreender o funcionamento da instituição educacional da ilha durante esse período, tomando por base metodológica o conceito de Memória Coletiva de Maurice Halbwachs (1950). Onde as recordações sobre a escola foram consultadas a partir de documentos construídos por uma coletividade, com objetivos específicos. Percebe-se que pouco se escreve nos documentos oficiais do presídio sobre a escola. As informações são vagas e resumidas, nos permitindo apenas confirmar a existência de uma escola para educação infantil e outra escola para os sentenciados do presídio. Os livros administrativos do presídio possuem majoritariamente registros relacionados à entrada e saída de presidiários, alimentos e medicamentos, fornecendo poucos elementos conclusivos sobre a organização do sistema educacional instalado na ilha de Fernando de Noronha.

Palavras-chave: Fernando de Noronha, Presídio de Fernando de Noronha, Educação

Introdução

Um olhar sobre Fernando de Noronha

Fernando de Noronha, ou Ilha Quaresma (1502) ou Ilha São João (1503) ou Ilha São Lourenço (1503) foi descoberta ainda no século XVI, servindo apenas como mais um ponto de demarcação do domínio português nas Américas. Apenas no século XVIII o arquipélago é anexado a então capitania de Pernambuco e durante do Estado Novo, já no século passado, passa a ser um Território Federal.

Para Rocha Lima (2000), o Arquipélago de Fernando de Noronha passou por um processo de ‘transgressão’, que se arrastou do século XVIII até o segundo quartel do século XX. Ela afirma que os moradores da ilha foram submetidos ao ‘imobilismo’, ‘transitoriedade’ e ‘disciplina’, onde ‘apenados’, ‘civis’ e ‘militares’ viviam sob um forte sistema administrativo hierárquico.

A ‘Noronha- presídio‘, a partir de 1942, dá lugar à ‘Noronha-quartel’. Os apenados do até então presídio são deslocados para unidades prisionais no continente. A ilha é reordenada. São trazidos trabalhadores rurais de vários estados do Nordeste para trabalharem no arquipélago. Pessoas são retiradas da vida instável no campo para viverem na insularidade em troca de emprego, moradia, alimentação e educação para os filhos. O período do governo militar em Noronha é marcado pela forte hierarquização social. Os civis viviam uma intensa relação de dependência paternal com os militares. Tudo parecia ser dado, doado, cedido, permitido (ROCHA, LIMA, 2000).

Em 1986 tem início o primeiro governo civil em Fernando de Noronha e em 1988 é anexada ao território de Pernambuco. Durante esse processo, o arquipélago enfrentou grandes mudanças, com a chegada de centenas de pessoas vindas, sobretudo, de Natal e Recife, e o *boom* imobiliário voltado especialmente para o turismo.

Apesar do fim do governo militar no arquipélago e a introdução de um governo continental, as ligações com o passado militarizado permaneceram no cotidiano dos insulares. Um passado ‘hierárquico’ e ‘insular’. Nesse sentido, Rocha Lima (2000) constata que o governo civil não conseguiu romper com as amarras socioculturais dos ilhéus com o ‘tempo dos coronéis’. O ‘imobilismo’ e a ‘disciplina’ do governo militar iriam, então, se defrontar com a ‘transitoriedade’ no governo civil.

Durante os quarenta e cinco anos do domínio militar em Fernando de Noronha, era claro, ao que parece, o poder absoluto das Forças Armadas sob o arquipélago. Com a chegada do governo civil, Noronha passa por um processo no qual é literalmente dividida. Grande parte do seu território torna-se um parque ambiental, parte continua sendo administrada pela Aeronáutica e outra parte pelo estado de Pernambuco. Percebe-se claramente o poder das três instituições dentro do arquipélago (ROCHA LIMA, 2000).

Não há documentação que aponte a existência de população nativa em Fernando de Noronha. Mesmo assim, muitos de seus moradores se auto-intitulam ‘nativos’. Os que não são considerados ‘nativos’, são chamados de *haole*. Na verdade, a diferença entre um haole e um nativo está ligada a valores socioculturais. A população de Noronha é composta de migrantes dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. O discurso de um ‘nativo’ está ligado a sua experiência na ilha, ou tempo que vive lá, e até mesmo seus objetivos ao se instalar em Noronha. Uma mesma pessoa pode ser considerada *haole* ‘nativo’. Geralmente o *haole* é aquele que chegou à ilha no final da década de 1980 com objetivo de trabalhar especialmente com o turismo. E o nativo faz parte do grupo de pessoas que foram para lá ainda no segundo quartel do século passado, trazidos pelos militares. (ROCHA LIMA, 2000)

Noronha é um espaço que vai além da insularidade. É um local de conflitos. “Para ‘os de fora’ (os continentais), o Arquipélago ainda é um espaço à margem, proscrito, distanciado e imaginariamente transgressor” (ROCHA LIMA, p121, 2000). Porém, ali, as ambigüidades interagem continuamente, numa dinâmica diferente, única.

Educação em Fernando de Noronha: visão geral

Os registros documentais apontam para a existência de estabelecimento de ensino, em Fernando de Noronha, em 1890. O livro de matrícula da Escola Pública Mista do Presídio de Fernando de Noronha indica o funcionamento da instituição até 1916.

Há na história da educação do arquipélago a constante falta de profissionais habilitados à docência. Até recentemente, as esposas dos comandantes-governadores e dos militares ensinavam nas escolas, independente da formação profissional. A escola, naquele momento, se estabelecia como local de disseminação das regras morais e éticas militares. Eram reproduzidas, no espaço escolar, as relações de poder e submissão que ocorriam em toda ilha, entre os civis e militares.

Até o início da década de 1960, já existia na ilha Grupo Escolar Major Costa (1957) e o Ginásio de Noronha (1964). Em 1972, essas duas instituições foram incorporadas à Unidade Integrada de Ensino de 1º Grau do Território Federal de Fernando de Noronha.

Quando os alunos atingiam a adolescência, eram encaminhados para internatos religiosos no Continente, localizados em Pesqueira e Garanhuns.

Em 1988, a escola passa a ser administrada pela Secretaria de Educação de Pernambuco, já que o arquipélago é anexado à Pernambuco. Nesse momento, a escola se desvincula oficialmente do militarismo, mas não dos problemas administrativos. De acordo com relatos de ilhéus, a única escola existente na ilha possui muitos problemas: falta de professores e infraestrutura deficitária (ROCHA LIMA, 2000).

De acordo com Rocha Lima (2000), a escola funciona mais como um local de aquartelamento de crianças do que como uma instituição de ensino. "Ela, por enquanto, está sendo o 'depósito' oficial da criança expulsa do espaço doméstico para atender à demanda do turismo no Arquipélago" (ROCHA LIMA, 2000, p.267)

O que se percebe preliminarmente é que a escola, em Fernando de Noronha, vem funcionando, ao longo tempo, como espaço de repressão, controle, disciplina. Ela está presente no contexto da ilha enquanto presídio, quartel e território do Estado de Pernambuco.

Nesse artigo será abordada da Educação em Fernando de Noronha entre os anos de 1900 e 1930, tendo como referência os livros de registro administrativo do presídio do arquipélago de Fernando de Noronha.

Caminhos Metodológicos

O recorte teórico: Memória coletiva

A memória nos encaminha a um processo que mescla realidade(s) e idealizações. Ao lembrar do passado, do que foi, imbuímos nossas experiências de significados diferentes do que possuíam. Porém, a memória é recoberta do tempo "no curso do qual nada o modificou profundamente" (HALBWACHS, 2004, p 92).

A memória que é identificada como de uma sociedade é aquela que é compartilhada pela maior parte das pessoas ou grupos que a forma. Esse tipo de memória é estudada, examinada com maior riqueza de detalhes, a partir do momento em que é incorporada, quando faz algum sentido, na maior parte das vezes desvinculado da individualidade. É uma memória que tem funcionalidade no todo, no grupo, no social.

Há lembranças que temos como nossas, únicas, individuais, singulares. Mas que muitas vezes nos são lembradas pelos outros, através dos outros, sugeridas pelos outros. Momentos de nosso passado que simplesmente passariam por nós sem nos deixar marcas e que são (re)significados pelos outros. E absorvemos quase que naturalmente esse tipo de memória, que já é coletiva, como individual. "E é por podermos nos aparar na memória dos outros que somos capazes, a qualquer momento, e quando quisermos, de lembrá-los" (HALBWACHS, 2004, p53).

O processo de lembrar, de memorar, está ligado também ao espaço, já que este é objeto de articulação, relação, dominação e poder. "Localizar" a memória também é estudar os espaços nos quais ela foi construída, onde as relações se estabeleceram. O espaço está ligado a conceitos, percepções de mundo, e contribui com elementos sociais que podem ser encontrados na memória. Lembramos não só de nós, do que fizemos ou pensamos. Lembramos também do que nos formou, do que nos induziu, do que nos orientou na coletividade. Nesse processo, o que representa a coletividade contribui para a construção do espaço. (HALBWACHS, 2004)

A memória coletiva, na verdade, se remonta a um passado amplo, porém não infinito. Em determinado momento, esse mergulho em trechos do passado termina, se limita, pois, além de certo ponto, não há mais memória, mas sim, história. O que lembramos deixa de fazer parte de nós de fato e de direito. Faz parte de algo maior, algo que ainda é considerado universal. E, para Halbwachs "não existe memória universal". (HALBWACHS, 2004)

Pesquisa documental

Essa etapa da pesquisa foi baseada em dados coletados em documentação disponível no Arquivo Público do Estado de Pernambuco. Foram consultados os livros de controle administrativo do presídio de Fernando de Noronha dos anos de 1900 a 1930.

Os documentos referentes ao presídio de Fernando de Noronha são organizados no Arquivo Público numa sessão intitulada "FN", onde cada livro recebe uma numeração específica. Esses livros são, na verdade, compilações de documentos referentes ao cotidiano da instituição carcerária, agrupados de acordo com seu ano elaboração. São ofícios enviados ao governador do Estado de Pernambuco cerca do controle de entrada e saída de presidiários, funcionários, navios, recursos financeiros, alimentação, medicamentos. Além de conter relatos de situações que desvirtuavam do cotidiano administrativo do presídio. Ofícios esses assinados majoritariamente pelo diretor do presídio, mas também assinados por funcionários, especialmente do almoxarifado e da enfermaria. E, diante dessa documentação, foi possível encontrar algumas informações referentes ao processo educacional que ocorria dentro do presídio de Fernando de Noronha, sendo esse o foco desse levantamento documental.

Os livros da sessão "FN" têm seu conteúdo organizado por um sistema no qual cada folha foi numerada sequencialmente, com o objetivo de facilitar a localização posterior de determinadas informações já que, por se tratar de uma compilação de documentos, não possuem originalmente nenhum tipo de numeração de páginas ou folhas.

Um dos grandes desafios enfrentados durante a pesquisa diz respeito à compreensão do conteúdo dos documentos, redigidos manualmente, com grande variação de estilos gráficos. Associado a isso, a língua portuguesa no início do século XX é consideravelmente diferente da que utilizamos atualmente, sobretudo no que diz respeito a pontuação das frases.

Resultados

Documentos sobre a Escola Pública do Presídio de Fernando de Noronha

Diante da documentação visitada, foi possível observar que, anualmente, sempre nos primeiros dias do mês de Janeiro, o diretor do presídio elabora um relatório administrativo anual que, de forma resumida, apresenta ao governador do Estado de Pernambuco, as atividades exercidas nos mais diversos setores, tanto do presídio quanto arquipélago de Fernando de Noronha. São relatos sobre o funcionamento dos Correios, do almoxarifado, enfermaria e da escola.

A Escola Pública do Presídio de Fernando de Noronha poucas vezes é citada durante documentação consultada. No caso específico do relatório administrativo anual, são oferecidas informações muito vagas, citando apenas o nome da professora, indicando o funcionamento da escola durante o ano em questão, em alguns casos, relatando que a instituição não apresentou nenhum aluno para fazer testes na capital - Recife -, além de destacar o "carinho e amor" oferecido pela professora a seus alunos.

> *"Escola Publica Mixta*
> *Exerce o cargo de Professora a Ex ma Senra Joana Accioly Lima, que, com bastante zelo e aptidão desempenha suas funcções, tendo uma freqüência media de 18 alunnos, mostrando sempre carinho e amor aos seus discípulos e grande competência, tanto assim que apresentou a exame três discípulos, sendo todos approvados."*
>
> *Fonte: Arquivo Público de Pernambuco. Classificação – Fernando de Noronha. Localização S e E/AA2. Livro FN44. Folha 540 (Relatório administrativo "Escola Publica Mixta")*

Durante alguns anos, e de forma não sequenciada, foram feitos alguns mapas gerais sobre o funcionamento da escola pública do presídio, a partir dos dados da matrícula dos alunos, com dados que deveriam ser apresentados ao Diretor da Instrução Pública da capital do Estado de Pernambuco.

> "*N° 11 Delegacia de ensino do Presídio de Fernando de Noronha, 18 de Janeiro de 1904*
> *Lliio Cidadão Antonio Gomes Leal*

M. D. Director da Instrução Publica

Appenso ao presente encontrará Vsa o Mappa do movimento na Escola Pública Estadual Mixta, d'este estabelecimento, durante o ano de 1903.

Deiscando a professôra de dar alunnos a exame em vista das alterações que se dão em alunnos retirrem-se de presídio.

Approveito a opportunidade para apresentar a Vsa meus protestos de estima e consideração.

Saude e Fraternidade

O Director João Ignácio Ribeiro Roma."

Fonte: Arquivo Público de Pernambuco. Classificação – Fernando de Noronha. Localização S e E/AA2. Livro FN41. Folha 303

De forma geral, percebe-se que a escola era frequentada por crianças (tanto meninos quanto meninas) com idade entre 5 e 11 anos de idade, que os graus de instrução dos alunos não estavam relacionados diretamente com a idade e a escola possuía em torno de 18 alunos matriculados.

A partir da leitura de outros documentos que constam nos livros, foi possível relacionar o sobrenome dos alunos ao sobrenome de alguns funcionários do presídio,inclusive ao sobrenome da professora da escola, dando a entender que essa instituição era frequentada por filhos de funcionários do presídio de Fernando de Noronha.

Nas notas de observação de um dos mapas gerais, foi colocado que um dos alunos deixou de frequentar a escola pública do presídio para ser matriculado em uma escola particular presente no arquipélago. Não foram encontradas mais referências a respeito de uma escola particular em Fernando de Noronha durante o período estudado, mas pode-se concluir grosseiramente que existia outra instituição de ensino no arquipélago. Também foi possível concluir, a partir da leitura do relatório administrativo anual do ano de 1918, a existência de uma escola voltada especificamente para sentenciados:

"Escolas

Tanto a escola mixta Estadual como a dos sentenciados funcionaram regularmente.

Achou-se os respectivos professores desde novembro em férias na capital."

Fonte: Arquivo Público de Pernambuco. Classificação – Fernando de Noronha. Localização S e E/AA2. Livro FN51. Folha 494 (Relatório administrativo "Escolas")

Documentos sobre o grau de instrução dos presidiários e o caso dos auxiliares de escrita

Durante a leitura dos livros da sessão "FN", pouco se encontrou a respeito da escola que funcionava no presídio. Como dito anteriormente, ela é apenas citada. Porém, durante a leitura dos documentos, puderam-se apreender informações sobre o grau de instrução dos presidiários que, em sua maioria, eram analfabetos. Apenas no relatório geral sobre o ano de 1905, presente no livro de 1906, consta que a quantidade de presidiários letrados é muito maior do que a de analfabetos. Os documentos trabalhados, porém, não contemplam responder o motivo pelo qual há essa modificação tão expressiva no perfil do grau de instrução dos presidiários do arquipélago de Fernando de Noronha.

> "*Sabem ler e escrever 62*
> *Analfabetos 216*
> *Total 278"*
> Fonte: Arquivo Público de Pernambuco. Classificação – Fernando de Noronha. Localização S e E/AA2. Livro FN42 (1905). Folha 10 (Relatório administrativo dos sentenciados do presídio "Grau de Instrução)

> *"Sabe ler e escrever 324*
> *Analfabetos 123*
> *Total: 447"*
> Fonte: Arquivo Público de Pernambuco. Classificação – Fernando de Noronha. Localização S e E/AA2. Livro FN42 (1906). Folha 244 (Relatório administrativo dos sentenciados do presídio "Grau de Instrução)

Foram identificados nos livros, ofícios encaminhados pelo diretor do presídio ao governador do Estado de Pernambuco com petição de graça da pena de alguns presidiários. Chama atenção o fato de todos os pedidos dessa natureza serem relacionados a presidiários que trabalhavam da diretoria do presídio como auxiliares de escrita.

> ***"****Ofício 50*
> *16 de outubro de 1901*
> *Petição de graça do sentenciado Augusto Charpiot – Despacho em 14-01-1902*
> *Submettendo a consideração de V. Ex cia, a petição de graça do setenciado Augusto Charpiot, cabe-me informar o seguinte:*

O peticionario chegou a esse presídio em 20 de junho de 1898, remettido pelo Governo d'esse Estado, e em 1o de Agosto do mesmo anno, foi nomeado auxiliar de escrita da Secretaria d'este estabelecimento, lugar que exerceo até 10 de Setembro de 1889, data em que foi despeso por ter de seguir para à Ilha Rata como empregado da Empreza de Phosphato de Cal, d'onde foi removido para a casa de Dentenção em 21 de Outubro de 1899, tendo d'ali regressado a este Presidio em 18 de Abril do corrente anno, e em 1o de Maio do mesmo anno foi novamente nomeado auxiliar de escrita d'esta secretaria, onde continua a cumprir com aptidão e zelo os deveres de seo cargo, quanto ao seo comportamento tem sido sempre bom.

É a que me cumpre informar sobre a pretenção do referido sentenciado, o qual já tendo cumprido mais da terça parte da sentença, se acha no cazo de merecer o perdão pedido"

Fonte: Arquivo Público de Pernambuco. Classificação – Fernando de Noronha. Localização S e E/AA2. Livro FN39. Folha 275

Dentre os documentos, consta, em alguns livros, uma tabela mensal com os valores dos salários de cada funcionário do presídio anexada ao pedido mensal de verba que o diretor do presídio encaminhava ao governador de Pernambuco. A professora recebia um dos menores salários da tabela, ficando à frente, apenas, dos Amamuenses e do Guarda Agente . Há, inclusive, um pedido de reajuste salarial para a professora, assinado pelo diretor do presídio e encaminhado ao governador, de 15%, além do retroativo referente aos anos de 1904 a 1906.

Empregos	Ordenado	Gratificação	Importacia	Total
Director	266666	133224	400000	
Almoxarife	100000	50000	150000	
Pharmaceutico	83224	41666	125000	
Professôra	66666	23334	100000	
Amamuenses	199998	10002	200000	
Guarda Agente		49600	49600	1124600

Fonte: Arquivo Público de Pernambuco. Classificação – Fernando de Noronha. Localização S e E/AA2. Livro FN39. Folha 194 (Pedido de pagamento do mês de julho de 1901 a 1902)

Conclusões

O presente artigo pode ser classificado como inconclusivo, tendo em vista que os documentos consultados no Arquivo Público do Estado de Pernambuco na sessão "FN" não ofereceram elementos suficientes para um estudo aprofundado sobre a educação em Fernando de Noronha, tampouco dão possibilidade de maiores relações entre o que o foi encontrado e o conceito de Memória Coletiva trazido por Maurice Halbwachs. Apesar de inconclusivos, os documentos oferecem caminhos para novos estudos sobre a educação em Fernando de Noronha, através da documentação que foi produzida em Recife, tanto pela sede do governo do Estado de Pernambuco, quanto pela diretoria de instrução pública do Estado.

Referências

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica:** Antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998

FERNANDES, Rogério**.** A história e os seus registros: O que fazer com este museu? *In:* **Educação, Memória História. Possibilidades, Leituras**. Maria Cristina Menezes (Org.). Campinas: Mercado de Letras, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004

HÉBRARD, Jean. As bibliotecas escolares. *In:* **Educação, Memória História. Possibilidades, Leituras**. Maria Cristina Menezes (Org.). Campinas: Mercado de Letras, 2004.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995

REIS, José Carlos. **A História, entre a Filosofia e a Ciência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004

ROCHA LIMA, Janirza Cavalcante da. **Memória e tradição** – a produção intelectual do departamento de Educação da Fundação Joaquim Nabuco (1980-1995). Recife: Fundaj, 2007. p 4-7

ROCHA LIMA, Janirza Cavalcante da. **Nas águas do arquipélago de Fernando de Noronha.** São Paulo: PUC, 2000